



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CAMPOS PINHEIRO
CURSO DE PEDAGOGIA LICENCIATURA**

LAYSA RIBEIRO LOPES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA ALÉM DA
ALFABETIZAÇÃO**

Pinheiro – MA
2025

LAYSA RIBEIRO LOPES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA ALÉM DA
ALFABETIZAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão para o grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Eanes dos Santos Correia.

Pinheiro – MA
2025

Lopes, Laysa Ribeiro

As contribuições da educação de jovens e adultos para além da alfabetização.
Laysa Ribeiro Lopes. – Pinheiro, MA, 2025.

36 f.

Monografia (Graduação em Pedagogia Licenciatura) – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Pinheiro, 2025.

Orientador(a): Prof. Dr. Eanes dos Santos Correia

1. Analfabetismo. 2. Educação democrática. 3. EJA no Ensino Fundamental. I.
Título.

CDU 374:371.3(812.1)

Ficha elaborada pela Bibliotecária: **Nicóle Lima Araujo – CRB-2 1893/O**

LAYSA RIBEIRO LOPES

**AS CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA
ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO**

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia da Universidade Estadual do
Maranhão – UEMA para obtenção do
grau de licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em: 23 / 01 / 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **EANES DOS SANTOS CORREIA**
Data: 30/01/2025 18:22:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Eanes dos Santos Correia (Orientador)
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA

Documento assinado digitalmente
 **WALDINEI SANTOS SILVA**
Data: 05/02/2025 13:02:03-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Waldinei Santos Silva
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Documento assinado digitalmente
 **MARIA LUCIA DE SOUZA HOLANDA**
Data: 06/02/2025 18:52:34-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Msc. Maria Lúcia de Souza Holanda
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois a ele dedico tudo que faço em minha vida.

Aos meus pais, Maria Lucidalva Ribeiro e Edson Ney Costa, que me incentivaram a cada momento e me deram todo o suporte que eu precisava.

Aos meus irmãos Ewerton Ribeiro Lopes e Larissa F. Ribeiro Lopes, dedico enorme agradecimento, por todo carinho e apoio.

À minha prima Débora Dávila, obrigada por sempre ter sido um ombro amigo.

As minhas amigas, Márcia Eduarda e Renara Cristina, que sempre estiveram comigo em todos os momentos.

As minhas colegas de turma Thays Soares, Wellida Patrícia e Paula Rafisa, com vocês a jornada foi mais fácil.

Ao meu namorado, Marcelo Moraes pelo companheirismo e amor.

Aos professores do curso de pedagogia, que através dos seus ensinamentos permitiram que eu pudesse estar concluindo esse trabalho, especialmente ao meu orientador Prof. Dr. Eanes dos Santos Correia, pela dedicação, compreensão e parceria.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de pesquisa a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental e o contexto do analfabetismo, tratando basicamente sobre as contribuições na redução desse fenômeno da educação brasileira. Tem como objetivo geral de pesquisa discutir sobre as contribuições da EJA como dispositivo de redução do analfabetismo. A pesquisa é desenvolvida a partir de uma questão central que é a seguinte: A EJA faz funcionar a redução do analfabetismo? É uma investigação qualitativa de cunho bibliográfico que terá como instrumento de produção de dados a exploração em base de dados de produções acadêmicas em plataformas digitais. Tem-se como conclusão que, para além da alfabetização, a EJA é um dispositivo de socialização dos sujeitos, os faz entrarem em uma atividade intelectual, de reconhecimento de mundo que os desperte para sua realidade, que os faça refletir sobre si mesmo e o outro. Está para o letramento, a leitura de mundo e da sua realidade como dispositivo de transformação que só poderia e só pode ocorrer a partir de seu reconhecimento enquanto sujeito de mudança. A EJA é, sobretudo, uma luta pela justiça social e pela construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Analfabetismo. Educação Democrática. EJA no Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The research objective of this final course work is the modality of Education for Young People and Adults and the context of illiteracy, basically dealing with the contributions to reducing this phenomenon of education in Brazil. The general research objective is to allow discussion on the contributions of EJA as a device for reducing illiteracy. The research is developed based on a central question, which is the following: Does EJA work to reduce illiteracy? It is a qualitative investigation of a bibliographic nature that will have as a data production instrument the exploration of databases of academic productions on digital platforms. The conclusion is that, in addition to literacy, EJA is a socialization device for individuals, making them engage in an intellectual activity, of (re)cognizing the world that awakens them to their reality, that makes them reflect on themselves and others. Literacy is about reading the world and its reality as a transformation device that could and can only occur through its recognition as a subject of change. EJA is, above all, a fight for social justice and for the construction of a more equitable, democratic and inclusive society.

Keywords: Illiteracy. Democratic Education. EJA Elementary Education.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.1	Um breve histórico da EJA no Brasil.....	13
2.2	Objetivo e finalidade da Educação de Jovens e Adultos	15
2.3	Concepção de Educação de Jovens e Adultos no contexto freireano	18
2.4	Freire e a EJA na contemporaneidade.....	23
2.5	Os desafios pedagógicos do ensino EJA.....	24
3	EDUCAÇÃO, ESCOLA E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO.....	28
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que surge como um possível dispositivo para a redução do analfabetismo nas escolas públicas, oferecendo uma alternativa viável para aqueles que não tiveram acesso à educação formal na idade certa. Ao depararmos com a questão do analfabetismo, no que se refere aos desafios e conquistas da EJA, é possível destacar como essa modalidade promove não apenas a alfabetização, mas também a inclusão social e a cidadania dos sujeitos que estão matriculados regularmente (PINTO, 2021). As pessoas não vão à escola apenas para aprender conteúdo intelectual ou para se alfabetizarem. A escola também é lugar de socialização, onde se aprende saberes relacionais, de socialização e dinâmica de convivência, além de conteúdos intelectuais propriamente dito (Charlot, 2000).

Ao que se refere à educação democrática, ela reforça a importância de garantir o direito a uma educação para todos, independentemente da idade, proporcionando um ambiente que possa garantir a diversidade e a participação ativa dos estudantes envolvidos. Essa educação democrática também está para além do direito de acesso ao ambiente escolar ou à alfabetização, ela também está ligada intimamente à sua permanência nesse ambiente e que o estudante entre na lógica simbólica da escola, não somente de estar matriculado, integrado e incluído ao ambiente, mas de ter acesso ao saber, aos saberes acumulados pela humanidade e formalizados pela escola como possibilidade de uma educação formal (Correia; Nascimento; Silva, 2022).

Diante disso, este trabalho visa explorar essas conexões – analfabetismo, educação democrática e a EJA - destacando essa última como um pilar essencial na luta contra o analfabetismo e na construção de uma sociedade mais justa para com aqueles que têm direitos contidos na Constituição Federal Brasileira e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Aguiar; Carvalho; Marques, 2020).

Diante disso, como há uma questão afirmativa de acesso à educação para todos., que transita entre escola, alfabetização e democracia, comecei a indagar sobre as contribuições que essa relação entre EJA e alfabetização traz para as pessoas que estão matriculadas nessa modalidade no ensino fundamental. Assim, tenho como questão principal de pesquisa “a EJA faz funcionar a redução do analfabetismo?” E como pergunta adjacente “Qual sua função no sistema da educação básica?” É a partir desses questionamentos que me proponho a fazer um ensaio teórico sobre a relação entre EJA e o analfabetismo nesse movimento de uma educação democrática, de acesso a todo público brasileiro, reconhecendo suas atribuições como forma de compensar aquilo que a escola não alcançou na alfabetização da idade certa.

Tendo como objetivo geral de pesquisa “discutir sobre as contribuições do EJA como dispositivo de redução do analfabetismo”, com os objetivos específicos de “discutir a modalidade EJA no ensino fundamental como uma aliada da educação democrática” e “socializar o que diz a literatura sobre a EJA, analfabetismo e educação democrática”.

Assim sendo, a escola advém a disponibilizar para estas pessoas a oportunidade de uma educação para contribuir no acréscimo da formação do estudante trabalhador. A inclusão e a educação são o foco básico deste acolhimento, mas também, não podemos esquecer do resgate de uma dívida social, cultural de acordo com a história de sofrimento vivida por essa parcela de estudantes na EJA. Muitos desses, da EJA ou a grande maioria, nunca tiveram acesso à escola ou a uma biblioteca, ou tão pouco a conhecimento proveniente deste espaço (Amorim, 2018). O capital cultural desses sujeitos não corresponde ao que se espera de pessoas que tiveram acesso ao mínimo que um livro dispõe enquanto conhecimento e ao que a escola demasiadamente ensina.

Assim, diante dos objetivos e questões propostas, sugiro um caminho pelo qual posso trilhar de forma dinâmica e que me possibilite produzir dados, analisa-los e discutindo-os de forma efetiva, a metodologia.

Para fazer uma boa trajetória na pesquisa, é necessário que tenhamos um planejamento desse caminho, suas trilhas, os percursos e instrumentos que iremos utilizar. É nessa perspectiva que nos colocamos aqui para seguir um caminho não rígido, mas flexível e consciente do que iremos passar e fazer. Essa pesquisa é de natureza qualitativa de cunho bibliográfico e terá como instrumento de produção de dados uma revisão bibliográfica sobre o tema em voga. Essa revisão também pode ser chamada de ensaio teórico. Pois Flick (2009) descreve um ensaio teórico como uma forma de pesquisa fundamental para refletir e construir o conhecimento teórico a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva. Um ensaio teórico, no contexto da pesquisa científica, de acordo com o entendimento desse autor, pode ser entendido como um trabalho acadêmico que não necessariamente apresenta dados empíricos, mas que busca discutir conceitos ou modelos de maneira aprofundada, explorando inter-relações e propondo novas perspectivas sobre o tema que está em discussão teórica.

Para que possamos ter mais afinidade com a pesquisa proposta, faço uma breve discussão sobre o tema da EJA como proposta de início de revisão de literatura como início de conversa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para Vygotsky (1996 apud Carvalho, 2008), a origem das formas elevadas de comportamento consciente deve ser encontrada nas semelhanças sociais que o homem conserva. Compreendo que o uso da memória seja um grande órgão para que advenha a alfabetização na EJA de uma forma lúdica, pois, o sujeito ao exercer as suas invenções pode ser verificado ao desejo de noticiar a sua lembrança por meio da escrita e assim ocupar o seu ambiente no meio social a que está inserido (Carvalho, 2014).

Diante desse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é crucial para diminuir o analfabetismo, especialmente entre jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de estudar na idade apropriada, ou que abandonaram a escola possam retomar seus estudos. Oferecendo educação de nível fundamental e médio, a EJA é estruturada com uma metodologia mais adaptável para satisfazer as demandas de quem trabalha, tem família ou lida com outras obrigações que impossibilitam a participação no ensino convencional (Cruz, 2022).

A EJA, além de proporcionar a conclusão dos estudos para pessoas analfabetas ou com baixa escolaridade, contribui para a redução das disparidades educacionais, eleva a autoestima e a qualificação dos estudantes, e expande as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho formal. Embora enfrente obstáculos como abandono escolar e escassez de recursos, a modalidade de Educação de Jovens e Adultos é um dispositivo¹ crucial na luta contra o analfabetismo no Brasil (Castro; Oliveira; Meneses, 2022).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o ensino fundamental e médio deve ser garantido a todos, independentemente da idade (Brasil, 1996). Como afirma Gadotti (2008), a educação é um direito inalienável, e o fato de o indivíduo não ter estudado na infância não pode ser justificativa para negar-lhe acesso ao saber. Com isso, a EJA contribui diretamente para a inclusão de um público que, por motivos socioeconômicos, culturais ou até mesmo pela falta de acesso, não teve a oportunidade de se alfabetizar.

Em um estudo conduzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que aproximadamente 6,6% dos brasileiros com mais de 15 anos continuam analfabetos, particularmente em áreas mais carentes, como o Nordeste (IBGE, 2021). Neste cenário, a Educação de Jovens e Adultos se apresenta como uma política pública crucial para diminuir esses índices, oferecendo a alfabetização básica e incentivando a continuidade dos estudos.

¹ Chamamos de dispositivo, pois de acordo com Correia, Nascimento e Silva (2022), dispositivo é aquilo que faz funcionar, aquilo que funciona e coloca em efetivação o objetivo proposto esperado.

A educação na EJA também tem um impacto positivo na autonomia dos sujeitos, incentivando o aprimoramento de competências que ultrapassam a mera alfabetização. Conforme Freire (1987), a educação deve ser emancipadora, oferecendo ao indivíduo a oportunidade de questionar e modificar sua realidade. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) possui a capacidade de habilitar adultos e jovens para uma melhor compreensão de suas circunstâncias pessoais e sociais, possibilitando a tomada de decisões conscientes, afetando tanto suas vidas individuais quanto a comunidade em que residem (Alencar, 2020).

Existe, também, um elemento psicológico relevante nessa modalidade de estudo: os estudantes que participam da EJA relatam a recuperação da autoconfiança e a sensação de pertencimento ao grupo ou até mesmo à sociedade. Esses elementos são essenciais para manter a motivação e garantir a continuidade dos estudos, incentivando-os a continuar até a conclusão da educação básica (Castro; Cruz, 2024). Neste contexto, Barros (2019) defende que a EJA não é somente um ambiente de ensino, mas também um local de recuperação social.

Apesar da EJA ter um efeito positivo na diminuição do analfabetismo, ela lida com diversos obstáculos. Um dos maiores problemas é a elevada taxa de abandono escolar, que compromete a efetividade do programa de alfabetização. Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2020), cerca de 25% dos estudantes inscritos na EJA desistem do curso por razões como extensa carga horária de trabalho, obrigações familiares e problemas de mobilidade. Bem como escassez de docentes qualificados para servir a esse público, já que muitos deles não possuem formação específica. Essas dificuldades ressaltam a importância de políticas públicas adicionais, como auxílio financeiro e estímulo ao transporte, que garantam que o público-alvo possua reais possibilidades de concluir o curso (Almeida et al, 2021).

O investimento em políticas de apoio ao estudante da EJA, como transporte e flexibilidade de horários, é essencial para o fortalecimento do programa e para garantir que a EJA cumpra seu papel de forma ainda mais efetiva. Como conclui Freire (1987), a educação é um ato de amor, e é por meio dela que transformamos o mundo. Dessa forma, como o presente trabalho tem o objetivo de permitir discussão sobre as contribuições da Educação de Jovens e Adultos (EJA) para a diminuição do analfabetismo em instituições públicas de ensino, Costa (2017) nos sinaliza que é necessário também reconhecer os efeitos educacionais, sociais e econômicos gerados aos estudantes, além dos obstáculos encontrados no processo de alfabetização e letramento de jovens e adultos.

2.1 Um breve histórico da EJA no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil há um histórico caracterizado por avanços e desafios, com raízes em iniciativas de alfabetização que datam do início do século XX. Este segmento de educação visa proporcionar a jovens e adultos, que não completaram a educação básica na idade apropriada, uma segunda oportunidade de formação (Pinto, 2021).

Quando os Jesuítas chegaram às nossas terras e estabeleceram o ensino público na colônia, a tarefa de ensinar os adultos indígenas a ler e escrever motivou grande dedicação dos sacerdotes, já que o propósito dessa instrução era converter ao catolicismo. Para terem êxito nessa empreitada, os Jesuítas alertavam que era necessário dominar o idioma indígena, o tupi. Assim, desenvolveram instrumentos específicos para gerenciar o ensino e fomentar a comunicação entre docentes e discentes. Posteriormente, chegaram os escravos, alguns dos quais também foram alfabetizados e doutrinados pelos clérigos (Castro; Cruz, 2024).

Durante o século XIX, tornou-se evidente que a estratégia de educação deveria incluir as chamadas "camadas inferiores" da sociedade, propondo uma política educacional específica para jovens e adultos. Este ensino direcionado a jovens e adultos era comparado a uma ação filantrópica, já que eram feitos apelos para erradicar o analfabetismo e os docentes não recebiam nada pelo serviço prestado. Em outras palavras, "qualquer indivíduo de "boa vontade" poderia se tornar um alfabetizador" (Galvão; Soares, 2006, p. 44). No que diz respeito à estrutura curricular, era direcionado para ambos os sexos, com um propósito prático, seja para realizar tarefas domésticas ou para integrar o sujeito à cultura.

No começo do século XX, a formação educacional destinada a jovens e adultos era escassa e, na sua maioria, limitada a ações isoladas e experimentais. Apenas na década de 1940, sob a administração de Getúlio Vargas, a educação de adultos começou a ser tratada de forma mais estruturada. A Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) foi estabelecida em 1947, sob a liderança do professor Paulo Freire, que advogava por uma metodologia dialógica e conscientizadora para a alfabetização (Gadotti, 2005).

Paulo Freire e o Método de alfabetização nos anos 60. A década de 1960 representou um divisor de águas na história da EJA, particularmente com a implementação do método de alfabetização de Paulo Freire, que destacava a "conscientização" como um meio de envolver os estudantes de maneira crítica com o mundo que os rodeia. O seu método, que empregava palavras do dia a dia dos estudantes para aprimorar a leitura e a escrita, se estabeleceu como uma referência global e impactou políticas educacionais em diversos lugares e nações (Freire, 1987).

As ações de EJA foram prejudicadas pelo golpe militar de 1964. A abordagem de Paulo Freire, vista como subversiva, foi banida e a Campanha Nacional de Alfabetização foi interrompida. Em vez disso, programas controlados pelo governo, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), concentravam-se na alfabetização instrumental, negligenciando a natureza crítica e social da educação (Gadotti, 2005).

Após a redemocratização nos anos 80, a EJA retomou seu lugar nas políticas de educação. A Carta Magna de 1988 estabeleceu a educação como um direito universal, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, consolidou esse direito para jovens e adultos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 definiu a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma forma de ensino, reforçando sua relevância na educação pública do Brasil (Brasil, 1996).

Nos anos 2000, o governo federal lançou programas como o Brasil Alfabetizado, com o objetivo de diminuir os índices de analfabetismo. No entanto, ainda se encontram obstáculos, como a elevada taxa de abandono escolar e a exigência de currículos adaptáveis à realidade dos estudantes (Souza, 2009). Atualmente, a Educação de Jovens e Adultos visa não apenas a alfabetização, mas também a promoção da cidadania e a preparação para o mercado laboral.

Depois de vários anos negligenciando a implementação de uma política pública focada na alfabetização de jovens e adultos, o Governo Federal apresenta o PAS (Programa de Alfabetização Solidária). Este programa atuava não apenas com o suporte do Governo Federal, mas também com a colaboração de empresas, governos municipais e universidades. É importante notar que a origem do PAS ocorreu no cenário político neoliberal, ou seja, com interesses do setor privado (Amorim, 2018).

O projeto recebeu inúmeras críticas por parte de professores e pesquisadores do campo, uma vez que oferecia um formato que intensificava a visão negativa associada à pessoa não alfabetizado, como um sujeito ignorante, sem cultura, desocupado, indiferente, entre outros. Além do relaxamento no treinamento dos alfabetizadores e na formação dos estudantes, que ocorreu em um período de 05 meses, também ocorreu a agitação nas salas de aula (INEP, 2019).

A educação no Brasil apresentava resultados baixos em leitura e matemática, mesmo com o apoio do Governo Federal, que implementou o Bolsa Família para manter os estudantes nas escolas. No entanto, a qualidade do ensino era abaixo que se esperava. Neste contexto, o Ministério da Educação (MEC) propôs, em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado,

com o objetivo de promover o acesso à educação como um direito universal e acessível a todos em qualquer fase da vida (Brasil, 2020).

Nos anos seguintes, outras medidas de política nacional foram implementadas para esses jovens e adultos que, em qualquer fase da vida, são privados da educação. O objetivo dessas iniciativas era solicitar a esse público uma abrangência social focada na construção da cidadania. Podemos citar, como exemplos, dessas influências: o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), o PROJOVEM URBANO, o PROJOVEM CAMPO e o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Esses programas foram indicados para dar conveniência aos excluídos(das) do procedimento de escolarização que, por algum pretexto, não cursaram a escola no tempo regular ou não finalizaram a educação básica (Gonçalves, 2019).

No ano de 2010, ocorreu no Brasil uma notável mobilização nacional e global para discutir a educação de adultos, a VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), realizada em Belém do Pará. O tema era "Vivendo e aprendendo para um futuro duradouro: a habilidade de aprender e educar adultos", com o objetivo de intensificar o debate no país sobre essa modalidade de ensino, visando um progresso nas características dessa educação (Almeida; Fontenele; Freitas, 2021).

Portanto, é importante destacar que a educação no Brasil foi moldada por diversos processos e aprendizados pedagógicos, campanhas e movimentos educacionais ao longo dos anos. Os interesses políticos, econômicos e ideológicos orientaram essas diversas formas de doutrinação e ensino. Devido a esses esforços da elite dominante, a nossa educação permaneceu por um longo período sem perspectivas pedagógicas e políticas voltadas para a educação de todos os cidadãos, particularmente no que diz respeito a jovens e adultos analfabetos (Almeida et al, 2021).

2.2 Objetivo e finalidade da Educação de Jovens e Adultos

A EJA é uma modalidade de Educação Básica, e entre as prioridades educacionais está a garantia de Educação Básica para quem não teve acesso na idade esperada ou não graduado, que é rerepresentado na Lei nº 9.394 / 1996 (LDB), no Artigo 37: A Educação de Jovens e Adultos será destinada aos que não possuíam acesso ou continuidade da educação durante o ensino fundamental e médio na idade esperada (Brasil, 1996).

O fato de uma pessoa, jovem ou adulta, procurar a escola para continuar ou iniciar sua educação já mostra uma mudança em suas ideias sobre seu *status* social, vendo a educação como oportunidade de mudança de situação financeira e social. De acordo com Freire (1992),

a busca desse público pela escola deriva de um desejo de decodificar, lendo e escrevendo, mas ele interpela que este evento, como consequência, desperta pensamento crítico. Nessa perspectiva, a escola deve estar disposta a buscar estratégia para auxiliar no desenvolvimento dos estudantes em todas as áreas do conhecimento, propostas através de classes atraentes e diversificadas (Joaquim et al, 2016).

Desse ponto de vista, Gadotti (2008) argumenta que a educação se faz necessária para a sobrevivência de toda pessoa. Isso se torna mais importante ainda nos dias atuais, com uma sociedade baseada no conhecimento. Nesse contexto, o estudante da modalidade de ensino EJA possui uma experiência muito mais ampla de vida e de mundo do que aquele do formato regular. Desse modo, a interação do professor dentro da sala de aula fará com que o estudante se sinta parte do processo de construção do conhecimento. Ela se constrói dentro de suas especificidades, com um público diversificado, rico em conhecimentos e de diferentes culturas e classes sociais, inclusive indígenas, negros e brancos, evangélicos e católicos, entre outros, todos eles compartilhando um objetivo, buscando identificar-se e permanecer em um espaço que, para muitos, não fazia parte de sua rotina, ou seja, a sala de aula (Gonçalves, 2019).

A Educação de Jovens e Adultos tem papel fundamental no contexto histórico-social, na construção da vida dos estudantes, considerando o papel transformador da educação, porque quanto mais contato os estudantes têm com a alfabetização, mais eles se tornam independentes e críticos. Portanto, é responsabilidade do professor selecionar e organizar aulas que estimulem a prática do pensamento crítico, para que os discentes possam ter percepções individuais (Castro, 2020). Ou seja, desenvolver a criticidade nos estudantes da EJA é emponderá-los como cidadãos com direitos, um papel fundamental das escolas e principalmente dos professores, pois para transformar esses estudantes em seres políticos, no verdadeiro sentido da expressão, é libertá-los das amarras historicamente criadas por uma classe dominante (Arruda, 2020).

Diante disso, Arroyo (2002) defende que esse é o processo educacional para o qual a burguesia e o Estado reagem, tentando negar, fragmentar, confundir a classe dominada, pois o currículo é atribuído na escola pela classe dominante sobre a dominada, com a ideologia dominante. Por isso, estratégias para a formação da consciência devem ser considerada pelos profissionais da educação, a fim de orientar o estudante nessa direção, além de contribuir para sua permanência no ambiente escolar, fazer ter consciência de classe, a educação como um processo de autonomia e libertadora. Não é somente alfabetização e letramento, a educação, por meio da modalidade EJA é um processo de humanização, um processo político e

ideológico, pois os processos ideológicos ocorrem na escola, no seu chão, na práxis pedagógica, assim como também no seu currículo (Charlot, 2013).

Nas últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos tem tido uma atenção nacional e internacional, porque, para erradicar o analfabetismo, a formação de professores, bem como a formação continuada, precisa ser melhor examinada (Nascimento et al, 2015).

Com isso em mente, a Declaração de Hamburgo (UNESCO, 1999, p. 20), afirma que:

[...] A perspectiva de aprender ao longo da vida exige, por sua vez, complementaridade e continuidade. A contribuição da Educação de Adultos e a Educação Continuada é de suma importância para a criação de uma sociedade tolerante e educada, para o desenvolvimento socioeconômico, para a erradicação do analfabetismo, para a diminuição da pobreza e para a preservação do meio ambiente.

A maioria dos estudantes do ensino EJA, já chegam às escolas cansados. Muitos deles trabalham, por isso as aulas deveriam ser mais atraentes, interessantes, fazerem mais sentido para eles. A tecnologia é uma excelente ferramenta para otimizar essas aulas, embora muitas escolas não ofereçam isso. Diante dessa situação, existe grande preocupação por parte dos professores da educação continuada, uma vez que somente por meio de uma formação adequada os professores podem socializar seus conhecimentos com os estudantes de uma maneira que faça sentido, que os mobilize e entre em uma forma lógica de pensar na cabeça deles (Almeida; Fontenele; Freitas, 2021).

De acordo com Arroyo (2002), isso acontece porque o direito à educação, os avanços das classes trabalhadoras na construção de conhecimento, cultura e identidade de classe ainda são sistematicamente negados e reprimidos. Com a aquisição de conhecimentos promovida pela educação, o estudante passará a ser autossuficiente em seus próprios pensamentos, questionando o que lhes é imposto, com ampla visão das questões sociais, além do desejo de atingir níveis acadêmicos mais elevados como um nível técnico ou uma educação superior com possível graduação (Soares; Pedroso, 2013).

A formação profissional é indiscutível quando se trata de diversas possibilidades no processo de aprendizagem para oferecer a quem busca essa modalidade de ensino, e é preciso estar preparado para trabalhar com Educação de Jovens e Adultos. Portanto, faz-se necessária a formação e a qualificação de todos os profissionais, sempre com o objetivo de ampliar seus conhecimentos na área escolhida (Pinto, 2021).

A partir do que já foi apresentado é possível destacar que a Constituição de 1988, torna a educação uma obrigação básica do Estado e direito de todos os cidadãos inclusive a quem não teve acesso a ela na idade certa, porém ainda de forma muito aberta, por isso a LDB vem

para preencher esta falha da constituição em relação a educação de jovens e adultos, deixando claro que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas (Cruz, 2022).

Dessa forma, apoiada na constituição, LDB e outras leis, a Educação escolar passa a ser também um direito de jovens e adultos que não puderam, por variadas circunstâncias, estudar na idade certa, tornando-se, também, uma obrigação do Estado ofertar a EJA (Bueno; Oliveira, 2023).

2.3 Concepção de Educação de Jovens e Adultos no contexto freireano

Ao longo dos anos, a educação brasileira tem sido analisada sob várias perspectivas, por vários autores, exemplo de Anísio Teixeira, Demerval Saviani, Carlos Libâneo, Bernard Charlot, Amélia Franco e Paulo Freire. No entanto, Paulo Freire – nosso foco sobre a EJA - se destacou particularmente em 1947, quando foi contratado para dirigir o departamento de educação e cultura do Serviço Social da Indústria (SESI), onde teve contato com a alfabetização de jovens e adultos, conforme afirmado por Freire em 1989 (Leite, 2020).

O autor em questão experimentou a Educação de Jovens e Adultos de maneira singular, já que além de ser professor dessa forma de ensino, também foi um dos estudantes que participavam desse tipo de educação. Essas vivências possibilitaram a este teórico examinar os diferentes métodos empregados para o público jovem e adultos, possibilitando assim que Paulo Freire criasse o seu famoso método (Morais, 2019).

Este estudo visa discutir o que realmente é relevante para a Educação de Jovens e Adultos. Paulo Freire, esse notável pesquisador do ensino para jovens e adultos, defende que a prática educativa pode modificar a realidade vivenciada pelo estudante e, consequentemente, a do educador. Segundo Freire (2002, p. 68), a educação:

Trata-se de um processo de conhecimento onde os indivíduos interagem com o objeto de conhecimento, mediados pela realidade em que se encontram. Em outras palavras, é uma situação gnosiológica na qual o objeto do conhecimento, ao invés de ser o resultado do ato cognitivo de um indivíduo, é mediado por outros sujeitos cognoscentes. Educador, por um lado, educandos, por outro. A educação problematizadora, desde o início, impõe a necessidade de superar a contradição entre educador e educando.

Nesta visão, o professor e o estudante possuem uma postura de conhecimento que os coloca em igualdade de condições. Assim, o educador não é apenas aquele que instrui, mas aquele que, ao mesmo tempo em que instrui, também é educado (Freire, 2002). Esse

entendimento assume que o ser humano é finito e incompleto. Logo, não está totalmente capacitado para exercer influência sobre os demais. Existem variações entre as espécies no processo de manutenção. Portanto, eles estão sempre prontos para aprender e se desenvolver mais. Assim, Freire não desenvolveu apenas um método, mas uma teoria da educação, uma pedagogia. O que é conhecido como seu "método de alfabetização" é apenas um dos momentos em que essa teoria, essa pedagogia se transformam em uma prática (Gonçalves, 2019).

Aqui, a educação desempenha um papel crucial. Através dela, o indivíduo deve compreender a realidade de maneira objetiva, ponderando sobre seus condicionamentos que, no final das contas, são resultados de suas ações sobre ela. Portanto, é essencial que cada indivíduo se reconheça como um ser histórico que altera a realidade (Arruda, 2020). A educação precisa ser, de fato, um ato de conhecimento, ou seja, uma situação onde os indivíduos interagem com o mundo, confrontando-se com ele. Portanto, o ato de conhecer implica em tomar consciência do mundo ao nosso redor. No entanto, o aluno deve se envolver ativamente no seu processo de ensino-aprendizagem, tendo consciência de que sua contribuição é crucial para a aquisição de novos saberes (Nogueira, 2020).

Em relação à metodologia empregada pelo docente, nota-se uma predominância de atividades de transmissão de conhecimento, com escasso ou nenhum espaço para o debate e a avaliação crítica dos temas abordados. Nesta situação, o estudante tem se mostrado mais passivo do que ativo, resultando em um bloqueio mais acentuado do que estímulo ao seu pensamento criativo (Veiga, 2002, p. 42).

Diante de tantos desafios, as instituições de ensino têm se esforçado para aprimorar a qualidade da educação para Jovens e Adultos. Gradualmente, os professores têm percebido sua responsabilidade na educação desses estudantes e a dificuldade que eles enfrentam para assistir às aulas. No entanto, discute-se a metodologia proposta por Freire e sua implementação em sala de aula, o que orientaria os docentes na aplicação dos conteúdos e na maneira como ocorreria o processo de ensino e aprendizagem (Bueno; Oliveira, 2023).

Comparando a ação do Estado na atualidade, com as ações de décadas passadas, pode-se afirmar que o ocorrido de forma lenta e pouco significativas em relação ao papel do poder público, na educação do país. A omissão que era criticada por Paulo Freire, ainda é apontada por uma variedade considerável de profissionais que, ligados ou não à educação, conseguem desenvolver um olhar crítico, relacionado ao sistema educacional (Tassinari, 2019).

A equipe pedagógica precisa expandir seus conhecimentos sobre a Educação de Jovens e Adultos, procurando uma modalidade que seja mais apropriada para esse grupo,

empregando métodos que favoreçam o êxito no processo de ensino e aprendizagem. A maneira como essa forma de educação tem sido implementada nas salas de aula não é válida, devido à ausência de preparação de aulas com valor significativo para os estudantes. É necessário considerar diversos fatores importantes, não apenas o que é rotulado, e o interesse deste trabalho de conclusão também é debater sobre este tema (Hurtado; Freitas, 2020).

O papel essencial do professor é se empenhar para que o ensino oferecido aos seus estudantes seja coerente com as diretrizes, façam sentido, seja significativa e tenha relevância para as vidas dos estudantes, público dessa modalidade. Uma adequada elaboração de aulas ou atividades, que não sejam excessivamente complexos ou infantilizados, contribui positivamente para o processo de ensino e aprendizagem de jovens e adultos. Além disso, deve realizar um trabalho constante de motivação para manter o interesse e mobilização do estudante em ampliar e adquirir conhecimentos, evitando que ele se sinta impotente diante de qualquer obstáculo que possa surgir (Aguiar; Carvalho; Marques, 2020).

No entanto, é crucial que o docente aplique uma metodologia apropriada, garantindo que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma eficaz. O "Método Paulo Freire" vai além de ser apenas um método comum. Trata-se de uma ferramenta de mediação na educação, onde a aprendizagem ocorre de maneira mútua, sem a presença de um detentor do conhecimento, é uma forma de fazer que faz funcionar seu objetivo. A cultura da comunidade onde o estudante está inserido é respeitada, assim como seus conhecimentos prévios, que devem ser levados em conta (Almeida; Fontenele; Freitas, 2021).

Paulo Freire nos ensinou que é crucial encurtar a distância entre o que se expressa e o que se realiza, de modo que, em um determinado instante, o que você diz se torne a sua prática (Freire, 2011). Foi dessa maneira que o fundador da educação no Brasil edificou sua trajetória de vida. Ele concebeu e aplicou uma pedagogia focada na libertação dos oprimidos, na qual as pessoas, ou seja, os estudantes por meio do método se conscientizassem de suas situações de exploração e, a partir daí, realizassem uma análise crítica da realidade para alcançar transformações.

A situação opressiva resulta na alienação das classes populares por meio das classes dominantes. É importante destacar que essa condição não se restringe apenas aos estudantes, que estão institucionalmente como aprendizes, mas também é uma realidade para muitos professores e professoras. De acordo com Rego (2019, p. 203):

Se realizarmos uma pesquisa, mesmo que informal, com docentes de diversas disciplinas e escolas, quase que todos eles e elas afirmarão que não são conservadores e que não agem de maneira conservadora em sala de aula. Também serão destacadas iniciativas de natureza progressista, com ações

isoladas, moderadamente progressistas e minimamente democráticas. No entanto, se examinarmos suas ações e comportamentos em sala de aula e a maneira como interagem com suas turmas, constataremos o grau de conservadorismo e hierarquização presentes em suas atitudes. Isso ocorre porque existem diversos elementos que contribuem para uma educação estagnada, que muitas vezes não se limita apenas à atuação dos docentes, mas que, em certas situações, estes são tão afetados quanto os alunos.

Paulo Freire, em "Educação Bancária", sugere uma pedagogia que problematiza e conscientiza, através da qual nos educamos mutuamente. Paulo Freire afirma: "Tendo fé no ser humano e em sua transformação, cultivando uma esperança ativa que favoreça a elaboração de processos formativos que resultem na conscientização dos indivíduos." Nós vamos amadurecendo diariamente ou não. A autonomia, entendida como o amadurecimento pessoal, é um processo, uma transformação, sempre um meio de caminho a percorrer (Freire, 2011).

Em relação às iniciativas e debates relacionados à capacitação docente, Paulo Freire, durante sua gestão na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, idealizou em sua proposta político-pedagógica. Um dos programas que estava fortemente comprometido é o de capacitação contínua dos professores, pois entendia que os educadores precisavam de uma prática político-pedagógica séria e eficaz que correspondesse à nova configuração da escola que se pretende estabelecer (Freire, 1991).

Freire (1991) ganhou destaque no Brasil entre o final dos anos 1950 e o começo dos 1960. A experiência de alfabetização de adultos que ele liderou em Angicos, Rio Grande do Norte, em 1962, foi a que mais se sobressaiu nas ações do educador. Com a experiência de Angicos, o combate ao analfabetismo no Brasil ganhou uma nova identidade, enfatizando a dimensão política como alicerce da função do conhecimento da educação, representando um avanço significativo para a formação democrática e cidadã do brasileiro, principalmente dos menos assistidos à época e na nossa contemporaneidade (Alencar, 2020).

Angicos representou o início de uma transformação pedagógica mais ampla e profunda, sinalizando também a possibilidade de transformações políticas e sociais de grande alcance e profundas no Brasil e na América Latina. No conflito social daquele período, onde a alfabetização de adultos era vista como um pré-requisito para o progresso social, político e econômico, Angicos emergiu como o grito dos nordestinos pedindo justiça social, solidariedade e democracia. Angicos foi um projeto de cultura popular que idealizou e elaborou um plano nacional de educação para uma sociedade democrática e justa (Instituto Paulo Freire, 2013).

Com o surgimento dessa experiência significativa, Freire é designado, em 1963, para liderar o Programa Nacional de Educação no Ministério da Educação. No entanto, após o golpe militar de 1964, todas as suas ações passam a ser controladas. Suspeito de subversão, ele passou mais de 15 anos exilado. Desde então, o intelectual brasileiro começa sua jornada, tornando-se um cidadão global. Realizou viagens para países da América Latina, África, Europa e Estados Unidos (Campos; Silva, 2014).

Paulo Freire era bacharel em Direito e praticante da religião católica, foi visto como um perigo para o regime militar por sua incessante busca pela emancipação humana, especialmente dos mais desfavorecidos. Este processo tinha a educação como o principal instrumento e a certeza incontestável de que a educação é política (Ferreira; Rodrigues, 2016). Neste cenário, o discurso de Paulo Freire, devido ao seu engajamento político e social intenso, procurou estimular no povo um engajamento transformador por meio do saber formal, por meio da escrita e da leitura. O grande aporte do educador foi considerar o ensino como uma ocorrência de linguagem (Santos et al, 2017).

Durante seu período de exílio, as iniciativas voltadas para a educação de adultos no Brasil se concentraram apenas em ensinar a ler e escrever, ignorando toda a concepção política e social que permeava o processo de ensino. A principal medida implementada pelo grupo dirigente da época foi o método MOBREAL, introduzido em 1967 por Tarso Dutra, com o objetivo de reduzir o índice de analfabetismo no Brasil. Uma ideia profundamente arraigada numa visão "bancária" de educação, que já nasceu condenada ao insucesso e assim aconteceu (Sales; Fischman, 2019).

Durante sua estadia no exterior e após seu retorno ao país em 1980, Freire produziu sua maior produção intelectual, com a obra *Pedagogia do Oprimido* se destacando como a terceira bibliografia mais citada globalmente no âmbito das ciências humanas e sociais. Após um período de exílio no Brasil, assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, conforme mencionado anteriormente. Seu trabalho se concentrou na valorização da carreira de professor, destacando o processo de formação contínua (Franzoi et al., 2019).

Paulo Freire morreu em 1997, mas seu legado permanece atual e indispensável. Ele foi agraciado com 48 títulos de doutorado honoris causa, o que reflete sua importância para uma educação humanizadora até os dias de hoje. Isso faz com que o educador seja alvo de ataques de grupos conservadores que lutam pela perpetuação da opressão e exploração dos menos favorecidos (Batista et al., 2020).

2.4 Freire e a EJA na contemporaneidade

Paulo Freire, defendia uma educação que proporcionasse liberdade e voz aos estudantes, honrando sua cultura e suas vivências pessoais, as experiências das pessoas (Aguiar; Carvalho; Marques, 2020). Embora a educação pública no Brasil esteja avançando rumo à universalização, ainda há um número significativo de pessoas – jovens acima de 15 anos e adultos - que não finalizaram a educação básica e que não conseguiram erradicar o analfabetismo (Nogueira, 2020).

De acordo com informações de 2019 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade dos brasileiros com mais de 25 anos não completou o ensino fundamental. Um total de 51,2% dessa população, que equivale a 69,5 milhões de jovens e adolescentes. Essa situação se torna ainda mais crítica quando observamos que somente 4,5% dos jovens conseguiram concluir o ensino médio (IBGE, 2020).

De acordo com a mesma pesquisa do IBGE (2020), o índice de analfabetismo no país atingiu 6,8% em 2019, o que representa 11 milhões de brasileiros e brasileiras com 15 anos ou mais, conforme os critérios do Instituto. Diminuir essa taxa é um dos objetivos do PNE/2014, que define as orientações para aprimorar a educação no país até 2024. De acordo com o Plano, em 2015, a taxa de analfabetismo no Brasil deveria ser de 6,5% entre os brasileiros com 15 anos ou mais, e em 2024, essa proporção deveria ser nula.

É um privilégio ter um intelectual envolvido em uma produção tão rica focada na educação de jovens e adultos trabalhadores, o que facilita a implementação de políticas públicas nesse campo. Existem vários estudiosos de Freire no país, contudo, a direção seguida pelo Ministério da Educação seguiu uma direção oposta. Com a eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro em 2018 – hoje inelegível – e a onda reacionária que contribuiu para sua vitória, Paulo Freire foi constantemente atacado. Até mesmo tentaram revogar seu título de patrono da educação (Tassinari, 2019). Porém, no governo atual de Luiz Inácio Lula da Silva, essas discussões reacionárias não se desenvolvem mais, somente pela banca conservadora do Congresso Nacional que não ganha força.

Compreendendo que a EJA ocupa um lugar estabelecido na sociedade de classes, Paulo Freire permanece relevante e atual ao abordar uma educação emancipatória. Ele formula sua visão de fé nos homens e no diálogo, pois o homem dialógico, crítico, entende que, embora o poder de agir, criar e transformar seja um poder humano, ele também reconhece que, em circunstâncias concretas, alienados, podem ter esse poder comprometido

(Nicodemos; Serra, 2020). Esta possibilidade, ao invés de abalar a fé do homem dialógico nas pessoas, surge para Freire como um desafio ao qual ele precisa responder. Está convencido de que este potencial de realizar e mudar, mesmo quando negado em circunstâncias reais, tende a ressurgir. Pode ressurgir. Pode ser construído. Não de graça, mas na batalha pela sua emancipação (Freire, 1977).

De acordo com Gadotti e Romão (2008), discute-se a educação assistemática, não formal e extraescolar, uma vez que são expressões que destacam "o sistema, o formal e o escolar". A educação não formal é vista como "complementar" ou "suplementar", não possuindo valor independente, sendo inferior à educação formal. Portanto, a crescente desigualdade social, impulsionada principalmente pelo desemprego e práticas de exploração cada vez mais enraizadas em formas de subemprego, faz com que remeta a um retorno à "Pedagogia do Oprimido". Uma obra escrita com ira, amor e sem o qual não existe esperança. Uma defesa da tolerância, que não deve ser confundida com conivência, da radicalidade, um ataque à intolerância, uma interpretação da pós-modernidade progressista e uma rejeição à conservadora, neoliberal e bárbara (Freire, 1992).

A conexão de Paulo Freire com a Educação de Jovens e Adultos está ligada à batalha contra os opressores. Este movimento persiste, atualmente com 100 anos de existência. Não existe alternativa para alcançar o desenvolvimento do país sem uma emancipação popular, uma análise crítica do mundo, visando a conscientização, civilização e a humanização (Batista et al., 2020).

2.5 Os desafios pedagógicos do ensino EJA

A partir desse apanhado de Paulo Freire sobre a Educação de Jovens e Adultos são necessárias formações inicial, continuada e permanente, hoje, para que os docentes possam trabalhar com a Educação de Jovens e Adultos, pois somente através de uma formação apropriada os docentes podem compartilhar seus saberes com os estudantes de maneira distinta. Conforme Arroyo (2002, p. 78), isso ocorre devido a:

O direito à educação e o progresso das classes trabalhadoras na formação de conhecimento, cultura e identidade de classe continuam a ser sistematicamente negados, reprimidos e, apesar de possíveis, não estruturados, devido à sua radical oposição ao movimento capitalista.

Através da educação, o estudante se tornará independente em seus pensamentos, questionando o que lhe é imposto, com uma visão abrangente das questões sociais, além do anseio de alcançar posições mais altas, ameaçando a estabilidade dessa pirâmide social

(Bueno; Oliveira, 2023). É inegável que a formação profissional oferece inúmeras oportunidades no processo de aprendizado para quem procura essa forma de modalidade de ensino, e é essencial estar capacitada para atuar na Educação de Jovens e Adultos. Conforme Machado (2010, p. 115) afirma:

O desafio pedagógico de reconhecer nossa intrinsecamente incompleta se opõe à lógica acadêmica, que nos induz a uma concepção errônea da verdade que pode ser capturada e bloqueada em um curso, treinamento ou, infelizmente, um curso de reciclagem.

Ou seja, capacitação de profissionais da educação, enfatizando a necessidade de formação e aprimoramento para todos, sempre com o objetivo de ampliar seus conhecimentos no campo escolhido e que essa formação coloque em pauta uma educação que não considere apenas o ensino a conteúdos intelectuais, mas que considere o outro enquanto dignidade e na formação de uma pessoa com atributos universais de direitos, pois antes de qualquer teoria filosófica educacional existe um ser humano singular, histórico e social (Tassinari, 2019).

2.6 Educação Democrática e a EJA

Pode-se assegurar que a educação democrática, segundo Benevides (1996), é considerada um modelo educacional que visa promover a participação ativa, o diálogo e a igualdade de direitos entre as pessoas envolvidas no processo de ensino e aprendizagem, seja ele em um ambiente escolar formal ou informal. Ela propõe a valorização da diversidade, o respeito às diferenças e a construção coletiva do conhecimento. Como também busca formar cidadãos críticos, independentes e engajados socialmente, conectando a educação às práticas de cidadania.

Diante disso, essa educação democrática, quando aplicada à Educação de Jovens e Adultos, reflete o compromisso com a inclusão e a valorização das pessoas que compõem a sociedade. A EJA, por objetivo, atende a estudantes ou pessoas que enfrentaram obstáculos para acessar a educação regular, como desigualdades sociais, econômicas ou culturais. Desse jeito, a educação democrática busca promover a igualdade de oportunidades e a valorização da diversidade nesses ambientes, criando um espaço onde todos possam exercer plenamente sua cidadania (Calzavara; Henning, 2022).

Para Barbosa (2020) prática de educação democrática exige uma reconfiguração das relações entre professores e os estudantes. Em vez de uma postura vertical e injusta, em que o professor é o detentor exclusivo do saber, a educação democrática propõe uma relação horizontal e dialógica. O professor se torna mediador, reconhecendo os conhecimentos

prévios e as experiências de vida desses estudantes como elementos fundamentais para a construção de um aprendizado significativo e de longo prazo. Essa interação favorece a construção coletiva do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades críticas de estudantes na modalidade EJA.

Além disso, a gestão democrática da escola que disponibiliza a EJA desempenha um papel importante. Pois os estudantes, muitas vezes trabalhadores e membros de comunidades marginalizadas, têm o direito de participar das decisões sobre o funcionamento das escolas e sobre os conteúdos que melhor atendam às suas necessidades, pois é para eles que ela funciona (Calzavara; Hennning, 2022). Esse tipo de gestão p

Outro ponto ou questão importante da educação democrática para a EJA é a construção de um currículo que dialogue com as realidades sociais desses estudantes. Não sendo algo inalcançável para eles, pois a proposta curricular deve ir além dos conteúdos formais e incluir questões que abordem o cotidiano, as relações de trabalho, os direitos civis e de lutas sociais comuns. Permitindo que os estudantes compreendam o mundo em que vivem e se tornem agentes de transformação, conectando o aprendizado escolar às suas demandas reais (Benevides, 1996). Ou seja, os estudantes só podem transformar sua realidade, tendo uma compreensão crítica dela

Dessa forma, a participação ativa dos estudantes na EJA não se limita ao espaço escolar e nem deve, porque a educação democrática incentiva a atuação desses indivíduos em suas comunidades, promovendo práticas de cidadania e fortalecimento dos seus vínculos sociais. Assim, a EJA se torna uma ferramenta não apenas para o desenvolvimento individual, mas também para a transformação coletiva, de todos, ajudando a reduzir as desigualdades e a construir sociedades mais justas e participativas.

Mas para implementar uma educação democrática seja na EJA ou em qualquer outra modalidades requer superar desafios estruturais e culturais que existem na sociedade. O financiamento insuficiente, a formação inadequada de professores para lidar com a diversidade de estudantes e a rotulação (estigma) associada a essa modalidade de ensino são impasses significativos. Para enfrentar isso, é necessário um compromisso político e social que reconheça a importância dessa modalidade como um direito fundamental e como um elemento, um dispositivo que faz funcionar de forma estratégica para o desenvolvimento democrático (Calzavara; Hennning, 2022).

Assim, a educação democrática na modalidade EJA não é apenas uma abordagem pedagógica, mas um projeto político que visa dar autonomia aos estudantes matriculados. Ao valorizar a pluralidade de experiências, promovendo o diálogo e incentivando a participação

ativa, essa estratégia democrática contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente de seus direitos e também dos seus deveres. Por fim, a EJA se torna um poderoso instrumento de transformação, tanto nos aspectos singulares como nos sociais dos estudantes.

3 EDUCAÇÃO, ESCOLA E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTO

Com a intenção de alcançar o objetivo geral e os específicos deste trabalho, pensar sobre a relação entre educação, escola e democracia é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, especialmente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA é, por essência, uma política inclusiva que busca reparar desigualdades históricas no acesso à educação, muitas vezes decorrentes de fatores como pobreza, exclusão social e discriminação – o que ocorre de forma escancarada no Brasil. Nesse sentido, a escola não é apenas um espaço de aprendizado formal, mas também um ambiente onde os direitos democráticos são exercidos, fortalecendo a cidadania ativa, de falar, de ser ouvido, assistido e de aprender (Brasil, 1996).

O papel da escola na EJA transcende essa simples mediação de saberes. Para jovens e adultos que tiveram seus trajetos educacionais interrompidos, a escola representa uma oportunidade de ressignificar suas vidas e ampliar suas possibilidades e potencialidades no âmbito social e econômico. Dessa forma, isso só é possível quando a escola atua como um espaço democrático, acolhedor e participativo, onde a diversidade de experiências e saberes dos estudantes é valorizada. Esse reconhecimento promove a autoestima e a autonomia, elementos indispensáveis para a construção de uma cidadania plena. Devemos começar a perceber que essa modalidade não é simplesmente para alfabetizar os estudantes que estão matriculados, mas fazê-los terem um letramento de mundo e ter Ascensão escolar, acadêmica e para a vida (Charlot, 2000).

Uma educação democrática, nesse nosso contexto, é um princípio que deve orientar todas as práticas pedagógicas na EJA. Isso significa, em outras palavras, que o currículo, a gestão escolar e as formas de ensino devem ser construídas de forma dialógica, participativa e colaborativa, pois ninguém aprende sozinho. A pedagogia de Paulo Freire, amplamente reconhecida no contexto da EJA, enfatiza o papel do diálogo como ferramenta para a conscientização e transformação social. Nesse sentido, a educação democrática na EJA não apenas transmite conteúdos, mas também fomenta o pensamento crítico e a capacidade de intervenção no mundo (Freire, 1991).

Além disso, a EJA desempenha um papel fundamental na redução das desigualdades sociais. Jovens e adultos que retomam os estudos têm a oportunidade de melhorar suas condições de vida, seja por meio da entrada no mercado de trabalho ou no fortalecimento de sua participação nas decisões tomadas coletivamente. Essas questões não se restringem aos

sujeitos envolvidos na EJA, mas alcança suas famílias e comunidades, criando um efeito para além da escola, mas para o desenvolvimento social local.

Mas, para que essa relação entre escola, democracia e educação na EJA seja plenamente efetiva, é necessário superar desafios como: a precarização do financiamento público, a falta de formação continuada para professores envolvidos e a desvalorização dessa modalidade de ensino são barreiras significativas e injustas. Além disso, é essencial combater os preconceitos que deslegitimam a educação de adultos, muitas vezes vista como secundária em relação à educação regular, sendo que esse, também, é um processo legítimo de educação (Barbosa, 2022).

Outro ponto importante é a criação de políticas públicas que fortaleçam a EJA como um direito líquido que não se deve contestar, e não como uma compensação, favor ou assistencialismo. A escola precisa ser reconhecida como espaço de (re)construção de projetos de vida e como um dispositivo de transformação social. Isso exige articulação entre diferentes setores da sociedade, incluindo governo, organizações não governamentais (ONG) e a própria comunidade, para garantir que a educação se torne inclusiva e democrática como todos desejam.

Por último, a relação entre educação, escola e democracia na EJA é necessária para a construção de uma sociedade que chega mais perto do justo. Essa modalidade de ensino deve ser vista como um dispositivo estratégico para a inclusão social e a promoção dos direitos, reforçando o papel da escola como um espaço de construção coletiva e autônoma. Com o fortalecimento dessa relação, jovens e adultos poderão exercer plenamente seus direitos e contribuir de forma significativa para o fortalecimento das relações dos estudantes consigo mesmo, o outro e o mundo (Charlot, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações feitas neste estudo destacam a relevância de uma perspectiva crítica e humanizada sobre os obstáculos do analfabetismo, particularmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Não se deve entender o analfabetismo apenas como a falta de competências de leitura e escrita, mas como uma característica pertencente que reflete disparidades históricas, sociais e econômicas. Neste contexto, a EJA se apresenta como um instrumento crucial para fomentar a cidadania, a autonomia e a inclusão social das pessoas matriculadas nessa modalidade.

Deve-se enfatizar que a alfabetização, mais do que um procedimento técnico, deve ser visto como um ato político, onde a prática educacional documenta os conhecimentos dos estudantes, valoriza suas vivências e proporciona-lhes chances concretas de mudança social. Assim, uma educação democrática torna-se essencial, pois vai além do acesso ao ensino, ela sugere a criação de um ambiente de diálogo, participação e emancipação de sujeitos autônomos.

Contudo, a superação do analfabetismo e a consolidação da EJA requerem esforços coletivos de políticas públicas, treinamento contínuo para os educadores, participação da sociedade civil e, sobretudo, o compromisso de honrar a dignidade de cada pessoa. Apostar em uma educação democrática implica reconhecer que cada sujeito possui o direito de aprender e exercer sua cidadania de maneira completa.

Para além da alfabetização, a EJA é um dispositivo de socialização dos sujeitos, para o encontro de seus pares que estão matriculados nessa modalidade de ensino, como uma educação de perspectiva inclusiva, ela serve não somente para que as pessoas que estão matriculadas se alfabetizem – juntem letras, fonemas, formem palavras e leiam ou escrevam uma frase. A EJA está para além disso, ela faz esses sujeitos entrarem em uma atividade intelectual e de conhecimento de mundo que os desperte para sua realidade, que os faça refletir sobre si mesmo, o outro e o mundo. Está para o letramento, a leitura de mundo e da sua realidade como dispositivo de transformação que só poderia e só pode ocorrer a partir de seu reconhecimento enquanto sujeito de mudança. Uma mudança que o faz trair a si mesmo, o outro e o mundo (Charlot, 2000). De traição de suas ações acríticas, do seu eu anterior que agia sem reflexão, sem arguir a si mesmo e o outro, de ações sem questionamentos que fazia reproduzir o eco que se ouvia, sem ouvir a si, o eu empírico e científico.

Concluindo, este estudo buscou contribuir para esse debate e de reforçar que a luta contra o analfabetismo e pela valorização da EJA é, sobretudo, uma luta pela justiça social e pela construção de uma sociedade mais equitativa, democrática e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, W. M. J. et al. Materialismo Histórico Dialético: reflexões sobre o pensar em educação. In: AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; BOCK, Ana Mercês Bahia. **Psicologia sócio-histórica e educação: tecendo redes críticas e colaborativas na pesquisa**. São Paulo: Cortez, p. 25-45. 2020.
- ALENCAR, J. S. **A educação de jovens e adultos como instrumento de transformação social**. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2020.
- ALMEIDA, J. C.; FONTENELE, M. R.; FREITAS, P. S. **Educação de adultos no Brasil: reflexões a partir da VI CONFITEA**. Belém: Editora Educação e Futuro, 2021.
- ALMEIDA, L. M. et al. Tecnologia educacional e inclusão social na Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Civicae*, v. 3, n. 1, p. 1-12, 2021.
- AMORIM, M. G. R. **Educação para o trabalho no capitalismo: o Projovem como negação da formação humana**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.
- ARAÚJO, J. C. S. **Sala de aula ou o lugar da veiculação do discurso dos oprimidos**. São Paulo: Editora Papirus, 1999.
- ARROYO, M. G. Conteúdo da humana docência. In: **Ofício de Mestre: Imagens e autoimagens**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1. 2020.
- ARRUDA, E. P. **Ofício de Mestre: Imagens e Autoimagens**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BARBOSA, M. G. Educação e democracia: do risco de desarticulação a uma recomposição crítica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 5, n. 177, p. 759-773, jun./set. 2020. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/7147/pdf> . Acesso em: 01 dez. 2024.
- BARBOSA, M. S. **Desafios e perspectivas da educação de jovens e adultos no Brasil**. 2022.
- BARROS, M. S. **A Psicopedagogia na Educação de Jovens e Adultos: Contribuições para a permanência e sucesso escolar**. São Paulo: Editora XYZ, 2019.
- BECK, U. *La sociedade del Riesgo*. Barcelona: Paidós, 1998.
- BENEVIDES, M. V. M. Educação para a democracia. **Lua Nova**, São Paulo, v. 38, n. 1, p.223-237, dez. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/yKyLWKGYV8TNKL LKrRR6LpD/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 dez. 2024.

BRASIL. **Artigo 150 da constituição federal de 16 de julho de 1934**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/810616954/artigo-150-da-constituicaofederal-de-16-de-julho-de-1934>. Acesso em: 01 nov. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CP Nº 5/2020 sobre a Reorganização do Calendário Escolar, dispõe sobre a reorganização do Calendário Escolar em razão da Pandemia da COVID-19.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BUENO, A.; OLIVEIRA, M. A importância da metodologia proposta por Paulo Freire na educação para Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, vol. 12, no. 1, pp. 45-60. 2023.

CALZAVARA, A. A. K.; HENNING, L. M. P. **Educação democrática e educação para a democracia nos dias atuais**. **Educação, Ciência e Cultura**. Canoas, v. 27, n. 1, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v27i1.7773> . Acesso em: 01 Dez. 2024.

CAMPOS, M. B.; SILVA, A. M. A produção de significados de estudantes do ensino fundamental para tarefas de educação financeira. **Perspectivas da Educação Matemática**, Campo Grande, v. 7, n. 14, p. 283- 298. 2014.

CARVALHO, M. A. **A memória como instrumento para a alfabetização de jovens e adultos**. São Paulo: Editora da Universidade, 2008.

CARVALHO, M. P. **O financiamento da EJA no Brasil: repercussões iniciais do FUNDEB**. **Revista On-line de Política e Gestão Educacional**, v. 30, n. 3, p. 635-655, 2014.

CASTRO, F. S. **A Educação de Jovens e Adultos em Teresina (PI): contradições entre a proclamação do direito e a efetivação da oferta**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2020.

CASTRO, F. S.; OLIVEIRA, J. S.; MENESES, M. S. A Educação de Jovens e Adultos no Piauí: reafirmação da negação do direito das políticas educacionais no Brasil. In: CRUZ, Rosana Evangelista da. **O direito à educação e a política educacional no Piauí**. Curitiba: Editorial Casa, p. 155-176. 2022.

CASTRO, F. S.; CRUZ, R. E. O financiamento da educação de jovens e adultos (EJA): elemento contraditório do direito à educação. **Educar em Revista**, v. 40, p. e89940, 2024.

CHARLOT, B. **Da Relação com o Saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CHARLOT, B. **A escola e o saber: fundamentos epistemológicos e políticos do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

CORREIA, E. S.; NASCIMENTO, W. R. S.; SILVA, V. A. O sentido geral da escola e particular do estudante: uma soma de diferenças. **Educação**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 1-10, jan-dez. 2022.

COSTA, M. L. **Educação de Jovens e Adultos: desafios e impactos no contexto escolar**. São Paulo: Editora Educação Contemporânea, 2017.

CRUZ, R. E. **Financiamento da educação e pacto federativo: qual o papel do FNDE?** Curitiba: Appris, 2022.

FERREIRA, V. A.; RODRIGUES, M. F. Educação de jovens e adultos: modalidade de ensino e direito educacional. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Brasília, v. 32, n. 2, p. 571-583. 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 3. p. 39-49.

FRANZOI, N. L. et al. O estudante trabalhador na escola pública: um direito negado? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27(136), 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. 1974.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Pedagogia: prática educativa**. 23. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, M. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2005.

_____. **Educação e Exclusão: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2008.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. **Educação: História e Teoria**. São Paulo: Editora Ática. 2008.

GALVÃO, A. M.; SOARES, L. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma abordagem histórica**. São Paulo: Cortez, 2006.

GONÇALVES, J. A. **A pedagogia de Paulo Freire: fundamentos e práticas educativas**. São Paulo: Editora Educação Crítica, 2019.

HURTADO, A. P. G.; FREITAS, C. C. G. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. **Revista de Educação Popular**, v. 19, n. 3, p. 56-76, 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: INEP, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação** 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de analfabetismo no Brasil**. 2021. Disponível: [https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20de ssa,Oeste%20\(87%2C3%25\)](https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html#:~:text=A%20taxa%20de%20analfabetismo%20de ssa,Oeste%20(87%2C3%25)). Acesso em: 12 nov. 2024.

JOAQUIM, B. S.; PESCE, L. As tecnologias digitais da informação e da comunicação nos contextos da Educação de Jovens e Adultos. **Olhares**, v.4, n.1, p.86-106, 2016.

LEITE, G. G. **Prática pedagógica e planejamento educacional para uma jovem com deficiência intelectual na EJA**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020.

MACHADO, M. C. **A incompletude do ser humano na educação: reflexões sobre o desafio pedagógico**. São Paulo: Editora X, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Relatório Anual da Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, 2020.

MORAIS, P. V. B. **Interface entre Educação de pessoas jovens, adultas e idosas e a Educação Especial: contextos de múltipla (in)visibilidade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2019.

NASCIMENTO, J. M. M. et al. Inclusão digital e Educação de Jovens e Adultos (EJA): uma breve revisão bibliográfica. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE**, 12. Anais. Curitiba, 2015

NICODEMOS, A.; SERRA, M. Educação Emancipatória e Diálogo: A Relevância de Paulo Freire na EJA. **Revista de Educação e Sociedade**, vol. 18, no. 2, pp. 123-138. 2020.

PINTO, J. S. **EJA: Um Caminho para a Inclusão e Cidadania**. São Paulo: Editora Educação, 2021.

REGO, D. **A prática docente e as relações de poder na educação: desafios e perspectivas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

SALES, S. R.; FISCHMAN, G. E. Promessas, políticas e interrogações sobre as identidades dos sujeitos da EJA. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 1131-1141, set./dez. 2019.

SANTOS, A. B.; SOARES, T. S.; TORRES, N. L. O papel social da educação de jovens e adultos: comunidade escolar do Porto Grande/Nossa Senhora do Socorro-SE. In: **ENCONTRO INTERNACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – ENFOPE**, 10., 2017. Anais [...]. Aracajú: Universidade Tiradentes, 2017.

SILVA, T. C. P.; FERREIRA JUNIOR. Educação de Jovens e Adultos (EJA): desafios e perspectivas no contexto educacional brasileiro. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 5, n. 8, p. 108-117, 2020.

SOARES, M.; PEDROSO, L. **Educação e autonomia: desafios da formação acadêmica.** São Paulo: Editora Educação Moderna, 2013.

SOUZA, M. F. **Educação de jovens e adultos: desafios e possibilidades no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2009.

TASSINARI, A. M. **Formação e prática pedagógica de professores da EJA junto a estudantes com Deficiência Intelectual.** 2019. Tese (Doutorado em Educação Especial: Educação do Indivíduo Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

UNESCO. **Declaração de Hamburgo sobre Educação de Adultos e Agenda para o Futuro.** Hamburgo: UNESCO, 1999. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 10 nov. 2024,